

*Ata aprovada em reunião no dia 31 de outubro de 2019*

**ATA - 39ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-DOCE**

No dia 20 de agosto de 2019, às 10h00, no auditório da Universidade Vale do Rio Doce, em Governador Valadares, teve início a 39ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce). Dando início às atividades, a presidente do comitê, Luciane Teixeira Martins, cumprimentou a todos os presentes, agradecendo a presença. Verificado o quórum, a Presidente ressaltou a presença do Sr. Volney Zanardi, representante da Agência Nacional de Águas – ANA, que falou brevemente sobre a reestruturação da composição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Afirmou ainda que o novo decreto encontra-se na Casa Civil, sendo que sua possível publicação acontecerá em agosto e, ao final de outubro, ou mesmo início de novembro, provavelmente, acontecerá a primeira reunião com os novos conselheiros. Em seguida, passada a palavra para o Sr. Tiago Santana, representante do Instituto Mineiro de Gestão de águas - IGAM, o mesmo falou da importância da troca de experiências com a Agência PCJ e, também, destacou a situação do IBIO e a necessidade das adequações na avaliação das entidades equiparadas, que antes eram tratadas como convênios. Retomada a palavra, a Presidente do CBH Doce, Sra. Luciane Teixeira solicitou a inclusão pauta, visando à análise e votação de uma minuta de Deliberação Normativa sobre a criação de comissão eleição e a definição das normas e procedimentos para a eleição da nova Diretoria Executiva do CBH-Doce, além do acréscimo de informes sobre Encontro de Integração e a escolha do representante do CBH Doce no ENCOB e, ainda sobre, o processo de exclusão de membros da plenária do CBH-Doce devido à frequência. A inclusão dos pontos de pauta solicitada pela Presidente do Comitê foi aceita pelos membros. Sobre as frequências a Sra. Luciane ainda justificou e solicitou que constasse em ata as justificativas de ausência de alguns conselheiros: O Secretário Executivo do CBH-Doce, Sr. Celeste Martins Stoco; e dos representantes da SEAPA; USIMINAS; IBRAM, IEMA, AGERH, Sindicato Manhuaçu, Prefeitura Municipal de Belo Oriente (titular), UHE Porto Estrela, SINDAGUA e Consórcio Rio Guandu. No ponto de pauta sobre os informes da Diretoria, dada a palavra ao Sr. Flávio Guerra, o mesmo falou sobre a participação dos representantes do CBH Doce no Seminário PMQQS, que tratou de assuntos relevantes ligados à qualidade da água do Rio Doce. Na ocasião, além do Sr. Flávio, que representa do CBH-Doce no CIF, participaram o SAAE de Gov. Valadares e a Univale. Durante o evento, os usuários, solicitaram a criação de um portal com todas as informações, além disto, foram avaliados os pontos de coleta existentes. Ainda sobre o tema, ele informou que será gerado um relatório final e o documento será difundido para todos os participantes do evento e aos membros do comitê. Sobre os “Informes sobre a revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos – Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)” a Presidente do CBH Doce informou sobre a retirada de pauta tendo em vista a ausência da representante que faria a apresentação, que havia confirmado presença, porém, às vésperas da reunião, informou que não poderia mais comparecer. No entanto, explicou que durante o ENCOB haverá uma oficina que discutirá tal assunto. Sem

*Ata aprovada em reunião no dia 31 de outubro de 2019*

43 mais comunicações da Diretoria, dada a palavra aos conselheiros, nenhum deles se  
44 manifestou. Quanto à aprovação da ata da 26ª Reunião Ordinária, realizada em  
45 28/06/2019, a Presidente solicitou que os membros se manifestassem quanto a  
46 possíveis alterações, não havendo nenhuma manifestação, foi colocada em  
47 votação, restando aprovada. Registra-se a abstenção da FIEMG, visto que não  
48 participou da reunião mencionada. No ponto de pauta sobre "Troca de  
49 Experiências: Planejamento, Ações e Integração na Gestão de Recursos Hídricos –  
50 Agência das Bacias PCJ", a Sra. Luciane passou a palavra ao Sr. Sérgio Razera,  
51 Diretor Presidente e ao Sr. Ives de Oliveira, Diretor Administrativo e Financeiro. O Sr.  
52 Sérgio, Diretor da Agência das Bacias PCJ, cumprimentou os presentes e disse ser a  
53 primeira vez em uma reunião do CBH-Doce. Contou sobre a história de 25 anos do  
54 Comitê, e da agência, que faz 10 anos em formato de fundação de direito privado,  
55 obedecendo, de acordo com ele, a uma norma do Estado de São Paulo.  
56 Inicialmente contou sobre as dificuldades encontradas no início do trabalho, com as  
57 atividades dos comitês todas paradas, ou seja, não havia gestão nenhuma, sendo  
58 que conseguiram reverter tal situação. Os usuários atualmente têm muito mais  
59 segurança por conta da gestão existente. O Diretor-Presidente afirmou que todos os  
60 assuntos são acordados entre a Agência e o Comitê, sendo posteriormente  
61 informados à ANA. Essas negociações e acordos são as funções dos Comitês, pois  
62 segundo ele: "Comitê de bacia resolve problema, Comitê não cria problema". O  
63 sistema foi criado para não ter judicialização, os CBHs podem acionar o Ministério  
64 Público, políticos, etc., mas Comitê não entra na justiça, foi criado para não existir  
65 isso. Sobre a história do PCJ, apresentou dados da bacia que totaliza uma área de 15  
66 .304 Km², sendo (92 ,6% SP e 7,4% MG), possui 5,6 milhões de habitantes, 76  
67 municípios, localiza aproximadamente 7% do PIB nacional e possui 4 barragens do  
68 sistema Cantareira. Explicou sobre a composição dos CBHs PCJ (3 em 1), sendo, o  
69 comitê mineiro, o comitê paulista e o comitê federal. Fizeram a intercessão dos três  
70 comitês, sendo que quem participar do estadual participa do federal. Destacou a  
71 importância da participação das câmaras técnicas, disse que o "pulo do gato" da  
72 PCJ é a Câmara Técnica de Planejamento, onde são discutidos os assuntos com  
73 calma, sem pressa, observando todos os pontos, inclusive jurídicos. Disse haver dois  
74 assuntos em que não conseguem realizar acordos e decisões unânimes, que são: a  
75 cobrança e outorga da Cantareira. O Sr. Sérgio afirmou que é necessário haver  
76 desafios e metas para as câmaras técnicas. Citou as ações concretizadas na bacia  
77 PCJ. Sobre o funcionamento da agência, Sérgio afirmou que a maioria do pessoal da  
78 agência é terceirizado, contrato via gerenciadora, visto que o 7,5% do custeio não é  
79 suficiente, razão pela qual é priorizada a contratação de empresas e não de  
80 pessoas físicas. A Agência PCJ conta com 16 funcionários próprios e,  
81 aproximadamente, 40 contratados por meio de gerenciadora. O Sr. Senisi Rocha  
82 questionou sobre a fonte de recurso utilizada para pagamento das empresas  
83 terceirizadas, se seria dos 7,5%, sendo que o Diretor-Presidente da PCJ, afirmou que  
84 são recursos do 92,5% pois são ações técnicas, e, consequentemente, consideradas

*Ata aprovada em reunião no dia 31 de outubro de 2019*

85 como finalísticas e de investimento. Em seguida, o Sr. Sérgio Razera apresentou os  
86 objetivos e ações que vem sendo realizados quanto à ODS 6, que trata de água  
87 potável e saneamento, cujo objetivo é “assegurar a disponibilidade e gestão  
88 sustentável da água e saneamento para todas e todos”. Citou parcerias e acordos,  
89 inclusive internacionais e as iniciativas em andamento, principalmente quanto ao  
90 tratamento de esgoto. Finalizada a apresentação, foi passada a palavra ao Sr. Ives,  
91 para explanar sobre a estrutura organizacional da Agência PCJ e os resultados da  
92 gestão dos recursos da cobrança federal. Em sua fala, ele explicou que a Agência,  
93 constituída em 5 de novembro de 2009, conta com a participação do Governo do  
94 Estado de São Paulo, através das Secretarias de Meio Ambiente e Saneamento e  
95 Energia, da Sociedade Civil, por meio do Consórcio PCJ, e de 48 municípios das  
96 bacias PCJ. É uma fundação de direito privado, conforme Lei Estadual Paulista nº  
97 10.020/1998, apesar de ser composta por órgãos do Estado de São Paulo, não são  
98 mantidos com recursos do orçamento do referido Estado. Explicou que são  
99 responsáveis pelo gerenciamento dos recursos financeiros oriundos da cobrança  
100 pelo uso dos recursos hídricos e, ainda, por desenvolver as ações previstas no Plano  
101 das Bacias PCJ. Quanto ao organograma, o Diretor Administrativo e Financeiro  
102 informou que a entidade conta com 16 funcionários, 08 estagiários e 36 terceirizados.  
103 Sobre as fontes de recursos para custeio administrativos da agência, explicou que  
104 com recursos federais utilizam 7,5% arrecadação cobrança, 7,5% rendimentos  
105 aplicação financeira e os saldos dos exercícios anteriores. Já quanto ao recurso da  
106 cobrança do estado de São Paulo, utilizam 10% arrecadação e 100% dos  
107 rendimentos de aplicação financeira, sendo que os saldos remanescentes  
108 transferidos para um fundo patrimonial. Apresentou a evolução das receitas e das  
109 despesas para custeio entre os anos de 2014 a 2018. O Sr. Ricardo Valory, Diretor  
110 Geral do Instituto BioAtlântica, questionou a respeito de qual seria a economia com  
111 funcionários tendo em vista a contratação das empresas gerenciadoras. O Sr. Ives  
112 informou que utilizam por volta de R\$3.500.000,00 com as gerenciadoras por ano,  
113 com trinta e oito funcionários. Explicou que o custo-benefício é muito interessante,  
114 pois, não dá pra manter uma agência robusta apenas com recursos do 7,5%, e  
115 mencionou que utilizam recursos da cobrança federal. A elaboração do PAP é  
116 realizada em conjunto com os Comitês, sendo que o Plano de Trabalho da Agência  
117 “casa” com o PAP, alinhando a capacidade operacional da agência com as  
118 demandas dos comitês, obedecendo ainda as prioridades definidas pelos Comitês,  
119 envolvendo todas as instâncias. Ele também informou que as ações a serem  
120 executadas devem estar em conformidade com as metas definidas no Contrato de  
121 Gestão firmado entre a Agência das Bacias PCJ e a Agência Nacional de Água –  
122 ANA, sendo que as diretrizes devem ser harmonizadas para toda a área das Bacias  
123 PCJ, de forma a otimizar a aplicação dos recursos. Ele esclareceu que são recursos  
124 para a implementação dos programas e ações previstos no PAP- PCJ: arrecadados  
125 com a cobrança pelo uso da água em rios de domínio federal; rendimentos  
126 financeiros eventualmente auferidos no período e ainda doações ou outras formas

*Ata aprovada em reunião no dia 31 de outubro de 2019*

de parcerias. O Sr. Ives explicou as atribuições da agência, como a elaboração de cronograma anual para contratação das ações propostas no PAP-PCJ de acordo com prioridades de demandas; a contratação e acompanhamento da execução das ações previstas no PAP-PCJ, dentre outras. Sobre a Câmara Técnica do Plano de Bacias dos Comitês, citou que tem como função acompanhar a execução das ações previstas no PAP-PCJ a serem implementadas pela Agência das Bacias PCJ e aprovar propostas da Agência das Bacias PCJ, desde que o valor dos recursos financeiros envolvidos não ultrapasse a 10% do montante de aplicação previsto no PAP-PCJ, e, ainda, elaborar e encaminhar à Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ (CT-PL), até 30 de abril de cada ano, relatório sobre a execução das ações previstas no PAP-PCJ. Já à Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ, cabe a aprovação de propostas da Agência das Bacias PCJ, desde que o valor dos recursos financeiros envolvidos seja superior a 10% e não ultrapasse a 25% do montante de aplicação previsto no PAP-PCJ; a apreciação de recursos administrativos apresentados pela Agência das Bacias PCJ; e apreciar, até 30 de junho de cada ano, relatório da CT-PB sobre a execução das ações previstas no PAP-PCJ, informando aos Plenários dos Comitês PCJ e propondo medidas, quando necessário. Quanto ao PAP PCJ 2017-2020, dentre 70 ações, 73% do orçamento destinado para Saneamento (esgoto e perdas); Sistemas de informações (monitoramento); Política de mananciais; e ainda Secretaria Executiva Comitês PCJ. A respeito das contratações do PAP 2017-2020, ele informou que já foram contratados R\$53.107.740,60, somando um desembolso de praticamente 100%. Como considerações finais destacou a existência de ações concentradas para execução na Agência das Bacias PCJ; a celeridade na contratação e no desembolso com recursos da cobrança federal nas Bacias PCJ, contribuindo para o cumprimento de metas do Contrato de Gestão ANA; priorização de novas temáticas como monitoramento, preservação de mananciais, comunicação social, capacitação, educação ambiental e demais ações de gestão; maior planejamento das ações em conjunto com o Plano de Bacias, permitindo o cumprimento de metas estabelecidas no Plano ; revisão do número de ações para o próximo PAP 2021-2024; e, ainda, a priorização de ações com valores mais elevados e de caráter continuado. Finalizada a apresentação, o Diretor Administrativo – Financeiro, se colocou a disposição para esclarecimentos e dúvidas. O Sr. Júnior Loss, da prefeitura de Colatina, questionou como é a relação entre a Agência e os membros dos comitês e câmaras técnicas. Em resposta, Sr. Sérgio explicou que cada um das entidades possui seus interesses e percepções, sendo que todo o trabalho é feito de forma integrada e articulada, a fim de que as decisões sejam assertivas. O Sr. Evandro Apolinário, da Prefeitura de Marilândia, falou da inexistência de cobrança no estado do Espírito Santo e perguntou como foi a experiência durante o trabalho de implementação da cobrança na região do PCJ. O Sr. Sérgio respondeu que a implementação da cobrança foi um processo mais facilitado, com colaboração de todos os segmentos, apesar de ter sido longo e envolvido diversas etapas e uma

*Ata aprovada em reunião no dia 31 de outubro de 2019*

169 ampla discussão. Em seguida, o Sr. Senisi questionou sobre a contratação das  
170 empresas gerenciadoras, com recursos da cobrança federal, perguntando se as  
171 contratações destas empresas é realizada de forma continuada, ou conforme  
172 demanda. Solicitou, ainda, explicação do Sr. Tiago Santana, representante do IGAM,  
173 pois, de acordo com o mesmo, em conversas anteriores, a contratação de  
174 gerenciadoras não poderia ser realizada com recursos IGAM. Além disto, perguntou  
175 ao Sr. Sérgio se é permitida a utilização de 10% dos recursos da cobrança para  
176 custeio, considerando que a lei prevê 7,5%. O Sr. Sérgio explicou que se trata de  
177 contratação de empresas com programa de trabalho a seguir, sendo que os  
178 funcionários da empresa seguem o que a empresa determina, a partir de articulação  
179 com a agência, de acordo com as demandas alinhadas junto aos comitês. Informou  
180 que a lei estadual de SP permite a utilização de 10% para custeio, posto que  
181 nenhuma lei superior veta a alteração deste percentual. Ele explicou que são  
182 emitidas ordens de serviço para a gerenciadora realizar os serviços. Já o Sr. João  
183 Clímaco, da FONASC, destacou que chamou sua atenção durante a apresentação  
184 a forma da construção da identidade política da agência e a construção do comitê  
185 e pediu que fossem exemplificadas situações em que o comitê precisou se adequar  
186 e tomar decisões políticas. O Sr. Sérgio explicou que tiveram momentos, sim, em que  
187 as coisas se misturaram, e foi necessário deixar claras as funções e competências de  
188 cada uma das partes – Agência e CBH. Ele explicou, por exemplo, que os Termos de  
189 Referência não são levados para aprovação dos Comitês, visto que a  
190 responsabilidade legal é da Agência, ou seja, o CBH deve, apenas, acompanhar o  
191 desenvolvimento dos trabalhos, que são determinados através do PAP. Ressaltou que  
192 Comitê indica e delibera as ações que são prioritárias para que a Agência trabalhe.  
193 Concluído este ponto de pauta, passou-se para a "Avaliação sobre a continuidade  
194 do IBIO no exercício das funções de entidade delegatária – Agência Nacional de  
195 Águas (ANA)". O Sr. Volney Zanardi apresentou sobre a situação do contrato da ANA  
196 com o Instituto BioAtlântica, esclarecendo aos presentes todas as preocupações da  
197 ANA. Falou que não existe um manual de como trabalhar na gestão de recursos  
198 hídricos, mas é possível seguir experiências exitosas e trabalhar em cima das  
199 experiências que não deram certo, visando não reincidir nos erros. Em relação ao  
200 cenário atual, ele relatou que devido às incertezas e à instabilidade nos trabalhos do  
201 IBIO, houve a necessidade de formalizar um processo de avaliação mais detalhado  
202 do contrato. Segundo a ANA, o IBIO vem demonstrando incapacidade para  
203 execução do contrato de gestão, principalmente com relação às metas, não se  
204 esquecendo de que muitas coisas foram realizadas pelo IBIO, porém, nos últimos  
205 anos, o atendimento ao CG vem declinando gradativamente. Ele relatou que a  
206 execução do contrato está praticamente paralisada, sem perspectivas de melhoria,  
207 no curto prazo. Em seguida, relatou que existe uma série de questões internas ligados  
208 ao IBIO e ao seu contrato de gestão com o IGAM (glosas), que sinalizam grandes  
209 dificuldades para sua reorganização institucional e estão fora da governabilidade do  
210 CG ANA-IBIO. O somatório disso nos indica uma incerteza quanto à utilização dos R\$



*Ata aprovada em reunião no dia 31 de outubro de 2019*

49 milhões em recursos públicos federais sob a guarda do IBIO. Considerando essa situação, a DIREC da ANA resolveu, em 29 de julho de 2019, por instaurar processo administrativo com vistas a avaliar a possibilidade de rescisão contratual e, paralelamente, dar início a gestões junto ao CBH DOCE para o processo de seleção de ED. Citou, ainda, sobre os aditivos realizados no Contrato de Gestão, sendo I Termo Aditivo (22/06/2015). Incluiu repasse adicional (2015) e alteração do CNPJ do IBIO (criação IBIO Água). II Termo Aditivo (22/12/2015) – Firmado em decorrência do rompimento de barragem de Mariana, MG. Incluiu repasse adicional de R\$ 10.975.600,00 para a implementação de ações destinadas ao enfrentamento da crise hídrica decorrente do desastre ocorrido e de seus desdobramentos. III Termo Aditivo (30/06/2017) – Incluiu adequações do Plano de Trabalho Específico – PTE e repasses adicionais (2016-2018). O Sr. Volney ressaltou que a ANA sempre cumpriu todas suas obrigações contratuais, inclusive com repasses adicionais, no entanto, a incerteza quando aos repasses do estado de Minas Gerais e a suspensão dos recursos adicionais da ANA para os próximos anos obrigaram a entidade a adotar medidas severas, culminando com a desmobilização de 08 (oito) funcionários. A Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão, em seu relatório de avaliação de 2018, em relação ao indicador 3: Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos: “A meta estabelecida para este critério de avaliação (indicador 3) foi de 65% de desembolso anual (referente ao Exercício 2018). O valor alcançado foi de 23,7%. Importante ressaltar que os valores desembolsados vêm decaindo significativamente nos últimos três anos. O que demonstra que a ED não está conseguindo recuperar sua capacidade operacional. Diante desse cenário, é importante que a ED apresente uma estratégia para reverter essa situação, que deve contar necessariamente com o apoio do comitê de bacia, no sentido de se planejar adequadamente para deliberar em tempo os programas e ações previstos no PAP. (...)”. De acordo com o Sr. Volney foi feita uma consulta ao IBIO sobre as ações que estão sendo tomadas, no entanto, não receberam resposta até o momento. As preocupações da ANA são: o IBIO, a princípio, apresenta poucas condições para recuperar capacidade institucional e operacional para a execução do contrato de gestão com a ANA; eventual bloqueio judicial dos recursos que estão de posse do IBIO para pagar glosa ou mesmo ações trabalhistas; no limite, o IBIO fechar as portas e não termos como recuperar os recursos da ANA e da cobrança que estão lá; arrecadação dos recursos da cobrança exercício 2019 precisam de uma destinação. (Repasse suspensos a partir de maio/19); o CBH Doce ficar temporariamente sem entidade delegatária para exercer as funções de Agência. Apresentou o fluxograma do processo unilateral de rescisão contratual. A respeito da situação atual do processo, disse que no dia 29 de julho de 2019 a DIREC da ANA decidiu sobre a instauração de Processo Administrativo com vistas à rescisão conforme previsto no Contrato de Gestão. Em 07 de agosto de 2019 o IBIO foi comunicado pelo ofício 116/2019/SAS-ANA da instauração do processo administrativo e solicitado a apresentar informações no prazo de 15 dias. Em seguida, o CBH DOCE e IGAM foram informados

*Ata aprovada em reunião no dia 31 de outubro de 2019*

da decisão da ANA de instaurar processo administrativo. Algumas medidas foram sugeridas como: realização de reunião entre ANA, IGAM, CBH Doce e IBIO e Conselho Administrativo para estabelecimento de um cronograma de atividades relacionadas à instrução do processo administrativo com vistas à rescisão contratual; Devolução dos recursos da fonte orçamentária 183 ao Tesouro da União, o que inclui os recursos remanescentes do PTE; Complementação das informações pelo IBIO e conclusão da análise das prestações de contas pendentes (2015-2018) pela ANA; Abertura de Edital para seleção de nova ED visando à sucessão da delegação na bacia; Comunicação ao TCU e atualização do Plano de Ação com as recomendações do Tribunal acerca do Sistema de Gestão da Bacia Hidrográfica do rio Doce; e ainda a suspensão do repasse de recursos oriundos da fonte 116 à entidade, até a tomada da decisão acerca do futuro do CG. Passada a palavra ao Sr. Ricardo Valory, Diretor Geral do Instituto BioAtlântica, o Diretor disse que infelizmente na bacia do Doce ainda não se chegou no nível da bacia do PCJ, e que nas adversidades são aprendidas lições. Explicou sobre as dificuldades enfrentadas pelo IBIO. Citou diversos fatos que aconteceram, inclusive a tragédia de Mariana, que sobrecarregou muito a Agência. Além disso, em 2016, houve a paralisação do contrato com IGAM, por 120 (cento e vinte) dias, em funções de questões relacionadas às prestações conta junto ao estado, dentre outros problemas que trouxeram inseguranças para continuação da execução contratual. Outra questão refere-se ao IBIO Institucional que encerrou suas atividades em 2018, devido a dificuldades de desempenho na captação de recursos para execução de projetos privados, o que gerou grande impacto no IBIO Agência. As prestações de conta do IGAM geraram inseguranças no Conselho do IBIO. Segundo o diretor geral do IBIO, no seu entendimento, todos tem parcela de culpa, incluindo a falta de acompanhamento dos órgãos gestores. No dia 09/08/2019 o Diretor Geral participou de reunião no Rio de Janeiro com o mantenedor do IBIO, Grupo Lorentz, e informou que está sendo articulada a elaboração de um plano de reestruturação para o IBIO no exercício das funções de agência. Realizada também reunião com algumas empresas, para traçar metas para a reestruturação e destacou que o IBIO se compromete a honrar todos os seus compromissos. Ainda em sua fala, citou a possível glosa relacionada aos Planos Municipais de Saneamento Básico, cujo montante atualizado soma, aproximadamente, 12 milhões de reais, e, portanto, gera incertezas e dificuldades, sobretudo no que se refere à recomposição do conselho. Informou, também, que a referida glosa é baseada na ausência de três orçamentos no processo licitatório, visto que foram utilizados notas técnicas de outros órgãos para balizamento dos valores de contratação, ou seja, uma metodologia diferente da prevista originalmente, cujo objetivo era garantir um orçamento mais realista, evitando superfaturamento. Afirmou que todos os produtos foram devidamente entregues, inclusive municípios já utilizam os planos, não havendo nenhum tipo de demonstração de vício ou ilicitude no processo. De acordo com o Diretor, o objetivo do IBIO é progredir, acabando com os passivos. A Presidente do CBH-Doce

*Ata aprovada em reunião no dia 31 de outubro de 2019*

agradeceu ao Diretor Geral do IBIO e passou a palavra ao Sr. Tiago, representante do IGAM. Por sua vez, ele informou que foram realizadas duas reuniões em Belo Horizonte sobre o acompanhamento do contrato. Foi feita consulta sobre o processo de rescisão contratual, sendo a discussão proativa, que não falte aos comitês o suporte. Ele reafirmou que existem passivos que devem ser tratados, e, atualmente, existem 34 prestações em análise, sendo que o objetivo é realizar as análises de forma mais célere, dada a urgência em resolver a questão. O IBIO precisa saber como esta sendo tratado para uma eventual rescisão. Ainda em sua fala, explicou que, recentemente, foi publicado um manual de operacionalização dos Contratos de Gestão para dar mais clareza para os procedimentos, formas de contratação, etc. Neste contexto, espera concluir as prestações o mais brevemente possível. Diante disso, farão análises de indicadores de execução de contrato e solicitarão um plano de ação do IBIO, sendo que está pendente um repasse de 20 milhões de reais, que depende disso. Além disso, relatou a importância de que ocorram auditorias preventivas, que fazem recomendações, sendo articulada a realização juntamente com a ANA, trabalhando não em um viés punitivo, mas em prol da manutenção das atividades dos comitês, garantida a segurança na utilização dos recursos, cuja natureza é pública. Sobre a contratação de empresas gerenciadoras, explicou que se a ação estiver no PAP não há restrição, porém é necessário analisar de que forma se dará a contratação, a fim de verificar se a mesma não fere as normativas estaduais vigentes. No entanto, ressaltou os comitês mineiros não colocaram este tipo de ação em seu escopo. Além disto, ações de acompanhamento pós-projeto estão sendo solicitadas pelas auditorias preventivas. Ressaltou que tais questões podem ser colocadas nos próximos Planos para serem contratados. A respeito do manual operativo, o representante indicou que o documento se encontra no site do IGAM. O Sr. Humberto Cardoso, representante da ANA, falou sobre a necessidade de aplicação dos recursos e salientou a preocupação de que os 50 milhões, atualmente em caixa nas contas IBIO retornem para os cofres públicos. Diante dessa situação houve o entendimento favorável da diretoria colegiada da ANA à abertura de um procedimento e elaboração de um edital visando à seleção de uma nova Entidade Delegatária, fato que não impede a continuidade do IBIO como agência, caso haja uma reestruturação. Sendo assim, paralelamente, será trabalhada a proposta de reestruturação do IBIO, e que caso não haja a recuperação, já existirá uma entidade já selecionada, sendo o recurso repassado para a próxima agência, evitando, assim, o retorno ao caixa único da união. Esse processo, de contratação de nova entidade, é feito pela Agência Nacional de Águas, em conjunto com o CBH-Doce. Nesse momento, o Sr. Odorico, representante da FIEMG, disse que precisa ser dada uma solução para tal situação visto que é um problema de todos. Uma solução para esta problema é necessária, pois, não podem perder o dinheiro depositado. Ele relatou que os usuários estão reunidos e se articulando junto ao IBIO para que haja uma solução, realizando, em conjunto, a elaboração de um plano de ação, que, num prazo de 30 dias, será apresentado, visando atender às demandas da ANA e IGAM.



*Ata aprovada em reunião no dia 31 de outubro de 2019*

337 Ao final de sua fala, pediu o apoio dos membros e entidades que componham o  
338 comitê no processo de reestruturação do IBIO. Em seguida, o Sr. Luiz Cláudio,  
339 questionou sobre o posicionamento do IGAM quanto ao plano de  
340 reestruturação/recuperação do IBIO, principalmente no que se refere às glosas. O Sr.  
341 Tiago, representante do IGAM, explicou que as glosas referentes aos Planos  
342 Municipais de Saneamento Básico, assim como as demais, estão em fase de recurso  
343 por parte do IBIO, que possui o direito da ampla defesa, ou seja, ainda não é algo  
344 definitivo. Ele reforçou que o IGAM dará a maior celeridade possível nesses processos  
345 para dar uma visão de como ficará a situação do IBIO num todo, sobretudo caso as  
346 glosas efetivamente sejam confirmadas. O Sr. Luiz Cláudio destacou que seria  
347 importante para uma nova recomposição do Conselho do IBIO, a definição da  
348 responsabilização quanto às glosas anteriores. A reunião foi pausada para almoço.  
349 Retomada às 14 horas, o Sr. Edson Valgas, representante da CENIBRA, questionou  
350 sobre a possibilidade de nova entidade para o contrato ANA e manutenção do  
351 Contrato IBIO com IGAM. Houve o entendimento de que, apesar da proposta de  
352 integração, os contratos são independentes, no entanto, a ideia é que todos os  
353 processos ocorram de forma articulada entre o órgão gestor federal e o estadual.  
354 Dando sequência, o Sr. Senisi Rocha disse que o cenário é muito crítico, havendo  
355 riscos, e que os representantes dos Comitês precisam dar um retorno para a  
356 comunidade, sobretudo porque as atividades estão praticamente paradas. Além  
357 disso, em sua fala, o Sr. Senisi destacou que existe um desequilíbrio de forças no CBH,  
358 pois a participação da sociedade civil deveria ser maior, sobretudo considerando  
359 que o setor usuário detém 40% das vagas no plenário, enquanto a sociedade civil  
360 possui 27%. Disse ser importante a fala do Sr. Luiz Cláudio, quanto às dúvidas sobre as  
361 glosas e recursos pendentes. Em relação à proporção das vagas, foi explicado ao Sr.  
362 Senisi que a definição do percentual de 40% para os usuários é uma determinação  
363 prevista em lei, razão pela qual não é possível alterar. Dando sequência, Sr. Tiago  
364 respondeu ao Sr. Senisi Rocha que os processos do IGAM seguem em paralelo às  
365 questões da ANA, pediu para a equipe medir os indicadores do contrato, o tramite é  
366 o mesmo, que a resposta seja a mesma, atuação integrada com a ANA. O Estado  
367 tem que dar o direito de ampla defesa, não foi definida como uma dívida existente  
368 do IBIO, o processo está na primeira instância recursal. Ao final ficou decidido que o  
369 IBIO terá um prazo de 30 (trinta) dias para apresentar à ANA e ao CBH-Doce o Plano  
370 de Reestruturação. Enquanto isso, paralelamente será trabalhada a questão do  
371 edital para seleção de uma nova entidade, considerando que existe o risco de  
372 rescisão do contrato firmado com o IBIO. Houve o entendimento de que todo o  
373 processo deve ser conduzido visando trazer o menor impacto possível. Ainda sobre o  
374 ponto em questão, o Sr. Senisi Rocha destacou que o IGAM assumiu as suas  
375 responsabilidades, sobretudo no que se referem aos atrasos para análises nas  
376 prestações de conta, no entanto, o órgão gestores tem feito inúmeras tentativas  
377 visando à manutenção do contrato. Ele se manifestou, ainda, ao final, a demora de  
378 repassar a atual situação aos comitês, apenas em março foram receber as

*Ata aprovada em reunião no dia 31 de outubro de 2019*

informações e ter a real dimensão sobre o que estava acontecendo. O Sr. Tiago Santana, do IGAM, esclareceu que, a partir do Decreto 47.633, a aprovação das prestações de contas vai passar a ter a participação mais ativa do Comitê, que deverá ter consciência e responsabilidade de saber peso da caneta dentro do processo. O Sr. Odorico, da FIEMG, questionou se ainda existe o grupo de acompanhamento do contrato de gestão – GACG e solicitou que este grupo volte a se reunir. A Sra. Luciane falou que o grupo, sim, existe, no entanto precisa ser recomposto. Encerradas as inscrições, foi colocada em votação a proposta de elaboração do edital para contratação de nova entidade delegatária, paralelamente ao processo de reestruturação do IBIO. A proposta foi aprovada por ampla maioria, com abstenção dos representantes da Cenibra, FIEMG e VALE. Ao final da discussão, foi informado que a próxima reunião do CBH Doce está marcada para 31 de outubro, sendo que os assuntos relativos à situação do IBIO retornarão para a pauta. Passada a palavra ao Sr. Humberto Cardoso, da ANA, o mesmo agradeceu o convite e se colocou a disposição para qualquer esclarecimento. Em seguida, a Sra. Luciane registrou a presença da Sra. Gilse Olinda, uma das suas fundadoras do CBH-Doce e que está retornando ao comitê, representando o município de Baixo Guandu, junto ao prefeito da cidade. Dando prosseguimento à pauta, foi passada à “Revisão dos Programas do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – CIF”. Sobre esse tema, a presidente do CBH, fez uma breve apresentação da atual situação, dos programas que vem sendo realizados, sendo que encaminhará aos membros por e-mail o detalhamento das informações. Sobre o tema, o Sr. João Clímaco, da FONASC, solicitou uma melhor divulgação/comunicação a respeito das ações do CBH no CIF. A Presidente do CBH-Doce informou ao membro que a participação ocorre em algumas câmaras técnicas e no plenário, sendo que o comitê também participa de alguns processos de mobilização, porém destacou que o sistema ainda não está totalmente integrado, e que realmente precisa de melhorias. Prosseguindo com a pauta, foi passada a palavra à Luciana Figueiredo, Analista de Programas e Projetos do IBIO, que fez uma apresentação sobre o andamento do Programa Rio Vivo. Em sua fala, ela abordou o conteúdo da iniciativa, que contempla os Programas do PAP, P12, P42 e P52. Atualmente, estão sendo atendidas as UGRHs Piranga, Piracicaba, Santo Antônio e Suaçuí totalizando 54 municípios. Falou sobre a atual situação dos contratos com as empresas, as dificuldades e desafios. Sobre o tema, o Sr. Flaminio Guerra, vice-presidente do CBH-Doce destacou que quanto ao contrato com a empresa FUNEC, a rescisão não foi causada pelo comitê ou mesmo pelo IBIO, mas foi uma consequência da falta de regularidade fiscal da empresa, o que não permitia a continuidade do contrato, razão pela qual algumas atividades acabaram sendo prejudicadas, acarretando, ainda, atraso na entrega dos produtos e, conseqüentemente, no início da etapa de execução. Ele informou que a situação já esta sendo levada em discussão pelo Comitê e terá nova contratação pelo IBIO em breve. No ponto de pauta sobre os informes do “Projeto PROURGAS”, a Sra. Juliana

*Ata aprovada em reunião no dia 31 de outubro de 2019*

Vilela, da Secretaria Executiva do IBIO, informou que se trata de uma parceria entre o Ministério Público, IBIO e IGAM para auxílio nos passivos do processo de outorga. Então, os Comitês mineiros apoiarão com os recursos para a contratação de estagiários para apoio na sede do IGAM em Governador Valadares/MG. Explicou sobre o processo licitatório de contratação da Agência de Integração que cuidará dos estágios e que está em andamento, sendo que está previsto para o mês de setembro o início das atividades. Sobre a minuta de deliberação de eleição da Diretoria do CBH Doce, a Presidente apresentou a minuta que foi aprovada pelos membros, que contempla os procedimentos e normas, de acordo com as regras previstas no Regimento Interno do CBH-Doce. Para compor a Comissão Eleitoral ficou definido o Sr. Luiz Cláudio Figueiredo, representando os Usuários, Sra. Paloma Galdino, representando o Poder Público, e o Sr. João Clímaco pela Sociedade Civil. Os representantes dos órgãos gestores serão indicados posteriormente, por meio de consulta via e-mail. Sobre o Encontro de Integração, houve o entendimento de que o mesmo não será realizado em 2019, considerando a atual situação do IBIO. A respeito do ENCOB, que acontecerá entre 20 a 24 de outubro, a Presidente informou que existe a Deliberação nº 64/2017 sobre a participação dos membros no evento. Ficou definida a participação do Sr. Felipe Benício e Sr. Celeste Stoco, que participam do Colegiado Coordenador, da organização do evento. Já sobre os demais participantes, ficou definido que a Sra. Juliana Vilela, do IBIO, fará análise para verificação dos pontos indicados na deliberação normativa, a fim de definir, entre aqueles que manifestaram interesse, quais serão os indicados para participar do evento. No caso dos CBHs capixabas, ficou definido que com recursos da cobrança federal será arcada a participação de 02 (dois) representantes, considerando que a AGERH arcará com a participação de um representante de cada CBH do estado. Assim, será garantida a presença de 03 (três) membros de todos os CBHs que compõem a Bacia do Doce. Já com relação à frequência dos membros nas reuniões do CBH Doce, a Presidente informou que foram encaminhados ofícios aos representantes e às entidades faltantes, sendo: FUNAI, UHE Mascarenhas, CEMIG, Fibria e Prefeitura de Entre Folhas, que tem como suplência a Prefeitura de Alto Caparaó. Todas as entidades responderam o ofício encaminhado, exceto as Prefeituras de Entre Folhas e Alto Caparaó, razão pela qual as mesmas serão excluídas do comitê, conforme decisão referendada pela plenária. Considerando que a exclusão resultará em vacância de uma titularidade no segmento poder público municipal (MG), será feita uma consulta entre os suplentes para verificar o interesse em ocupar a vaga em aberto e, caso haja mais de uma manifestação, o segmento deverá se reunir para decidir quem ocupará a cadeira de titular ora vaga. Sem mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 16h30.



**LUCIANE TEIXEIRA MARTINS**  
Presidente do CBH-Doce